



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

D.A. nº 164/2023
Proc. nº 5.663/2023

Itanhaém, 28 de junho de 2023.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência cópia da Lei nº 4.675, de 28 de junho de 2023, que **“Institui o Regime Especial de Trabalho para os ocupantes de cargos ou empregos públicos permanentes de Agente de Vigilância Patrimonial, e dá outras providências”**, originária do Projeto de Lei nº 52/2023, de autoria do Executivo, aprovado por essa Casa Legislativa em sessão ordinária realizada em 26 de junho p.p, conforme **Autógrafo nº 46/2023**, que foi por mim sancionado.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

Atenciosamente,


TIAGO RODRIGUES CERVANTES
Prefeito Municipal

Ao
Excelentíssimo Senhor
Vereador Fernando da Silva Xavier de Miranda
DD. Presidente da Câmara Municipal de Itanhaém



Autenticar documento em <https://camarazeropapel.itanhaem.sp.leg.br/autenticidade> com o identificador 360037003600380032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Recebido
28/06/23 às 13:50



Prefeitura Municipal de Itanhaém

Estância Balneária

Estado de São Paulo

LEI Nº 4.675, DE 28 DE JUNHO DE 2023

“Institui o Regime Especial de Trabalho para os ocupantes de cargos ou empregos públicos permanentes de Agente de Vigilância Patrimonial, e dá outras providências.”

TIAGO RODRIGUES CERVANTES, Prefeito Municipal de Itanhaém,

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Itanhaém decretou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Regime Especial de Trabalho destinado aos servidores ocupantes de cargos ou empregos públicos permanentes de Agente de Vigilância Patrimonial, correspondente à prestação de, no mínimo, 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, e caracterizado pelo cumprimento de horário e local de trabalho variáveis, prestação de serviço em finais de semana e feriados, plantões noturnos e chamados a qualquer hora, assim como pela sujeição a trabalho perigoso, insalubre ou penoso, observadas, sempre, as peculiaridades do serviço.

Art. 2º Pela sujeição ao regime de que trata esta lei, os ocupantes de cargos ou empregos públicos permanentes de Agente de Vigilância Patrimonial farão jus a uma gratificação de 50% (cinquenta por cento), calculada exclusivamente sobre o valor da respectiva referência de vencimento.

§ 1º A gratificação pelo Regime Especial de Trabalho, ora instituída, será devida apenas enquanto o servidor estiver no efetivo exercício desse regime, nas condições previstas no art. 1º desta lei, deixando de ser paga, automaticamente, quando da cessação desse exercício.

§ 2º A gratificação de que trata este artigo incorpora-se ao vencimento, sendo, porém, inacumulável com qualquer outra vantagem decorrente de jornadas ou regime especial de trabalho.

Art. 3º As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.





Prefeitura Municipal de Itanhaém
Estância Balneária
Estado de São Paulo

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de julho de 2023.

Prefeitura Municipal de Itanhaém, em 28 de junho de 2023.


TIAGO RODRIGUES CERVANTES
Prefeito Municipal

Registrada em livro próprio. Proc. nº 5.663/2023.
Projeto de Lei de autoria do Executivo.

